

Leonardo Lucas Dias

NOVA DISCIPLINA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A mitigação da independência entre
as instâncias penal e administrativa

Apresentação: Marcos Fey Probst

Prefácio: Pedro de Menezes Niebuhr

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2022

STJ00115177

Copyright © 2022 by Leonardo Lucas Dias

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1227680

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D541n

Dias, Leonardo Lucas

Nova disciplina da lei de improbidade administrativa
: a mitigação da independência entre as instâncias penal e
administrativa / Leonardo Lucas Dias. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2022.

172 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2211-8

1. Improbidade administrativa. 2. Direito administrativo -
Brasil. 3. Sanções administrativas - Brasil. 4. Direito
penal. 5. Princípio da independência entre instâncias.
I. Título.

CDD 345.8102323

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XV
Apresentação	XXI
Introdução	1
Capítulo 1	
A Aproximação entre Direito Penal e Direito	
Administrativo Sancionador	7
1.1 Evolução e Conceito do Direito Administrativo Sancionador e da Sanção Administrativa	10
1.2 Fluxos Dinâmicos entre o Direito Administrativo Sancionador e o Direito Penal.....	17
1.2.1 O fenômeno da “administrativização” do Direito Penal	18
1.2.2 O fenômeno da penalização do Direito Administrativo Sancionador	26
1.3 Sanção Administrativa, Sanção Penal e a Teoria Unitária do Ius Puniendi Estatal	31
1.4 Princípios Constitucionais Penais aplicáveis ao Direito Administrativo Sancionador	37
1.4.1 Princípio do Devido Processo Legal.....	38
1.4.2 Princípio da Legalidade.....	40
1.4.3 Princípio da Tipicidade	43
1.4.4 Princípio da Retroatividade da norma sancionadora mais benéfica	46

Capítulo 2

A Nova Disciplina da Lei de Improbidade Administrativa..... 51

2.1 Breve Histórico da Lei de Improbidade Administrativa	51
2.2 A Publicação da Lei 14.230/2021	57
2.3 As Alterações Promovidas pela Lei 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa e a aproximação aos Institutos do Direito Penal	61
2.3.1 Alterações de caráter geral realizadas pela Nova Lei.....	61
2.3.2 Alterações de natureza processual realizadas pela Nova Lei.....	75
2.4 O art. 21, §§ 4º e 5º, da Lei de Improbidade Administrativa	83
2.5 Conclusões Preliminares sobre a Lei 14.230/2021	87

Capítulo 3

A Mitigação da Independência entre as Instâncias Penal e Administrativa na Lei de Improbidade Administrativa89

3.1 O Princípio da Independência entre Instâncias como justificção para a múltipla e desmedida incidência sancionatória	89
3.2 A Mitigação da Independência entre as Instâncias Penal e Administrativa	96
3.3 A Relativização do Princípio nos Tribunais Superiores	99
3.4 Os reflexos da sentença penal na ação de improbidade administrativa.....	103
3.4.1 A sentença penal absolutória na ação de improbidade administrativa	103

3.4.2 A sentença penal condenatória na ação de improbidade administrativa	111
3.5 A Proporcionalidade como Base Hermenêutica ao Julgador	119
Conclusão	127
Referências	133